

Por: SEQUIP S.A.
de segurança e manutenção, espe-
cialmente pela falta de peças de reposição
para os aviões da empresa", denuncia o sín-
dico de pilotos, boliviano.
Num comunicado ao público, os pilotos
disseram que não há planejamento de traba-

21-Jan-98 17:51
influencia os usuários. Especialmente depois
do último sábado, quando um Boeing 727
LAB, que vinha de Santa na Argentina, ater-
risou fora da pista do aeroporto de Santa
Cruz. Houve pânico entre os passageiros.
Uma das asas do avião chegou a se chocar

531.1599.228.7237.7537
nacional defendeu a empresa aérea. O re-
presentante da organização na Bolívia di-
se que "Os aviões da LAB são seguros e es-
tão sob inspeção, vigilância de operações e
manutenção" constantes por parte desta
instituição.

ns governar
governador
dos brasile
não haviam
mados pelo
maraty.

SV ENGENHARIA S.A.

CBC/MF Nº 81.143.772/0001-77
NIRE Nº 33300162143

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 1997 (LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, CÔMO FACULTA O ART. 130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404/78)

I - Dia, Hora e local: I.1 Assembleia realizada no
dia 31 de dezembro de 1997, às 10:00 (dez) horas, na
sede social, na Rua da Assembleia nº 10, Grupo 3.611
(parte), Centro, Cidade de Rio de Janeiro, Estado do
Rio de Janeiro. II - Convocação: II.1. Os avisos de
convocação foram publicados no Jornal de Comércio
dos dias 22, 23 e 24 de dezembro de 1997 e no Diário
Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dos mesmos dias.
III - Presença: III.1 Compareceram à assembleia
acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do
capital votante, conforme assinaturas constantes do
Livro de Presença de Acionistas. IV - Mesa: Presidente:
Ronaldo Carvalho da Silva; Secretária: Maria Emilia
Wichan. V - Ordem do dia: V.1. Cancelamento de 1.368
(mil trezentas e sessenta e oito) debêntures emitidas
pela companhia nos termos de escritura de 28.06.1995,
editada em 24.07.1995 e 12.04.1996. V.2. Reestrutur-
tação do estatuto social da companhia, alterando-o
na íntegra (do artigo 1º ao artigo 21), tendo em vista a
nova realidade societária, decorrente do cancelamento
do registro de SV ENGENHARIA S.A., conforme art.
21 da Lei nº 6.385, de 07.12.76 (OFÍCIO/CVM/GEO/Nº
132/97 de 17/12/97). V.3. Outras assuntos de interesse
da companhia. VI - Deliberações adotadas: VI.1. O
cancelamento de 1.368 (mil trezentas e sessenta e oito)
debêntures emitidas pela companhia nos termos de
escritura de 28.06.1995, editada em 24.07.1995 e
12.04.1996, aprovado pela unanimidade dos presentes.
VI.2 A administração esclareceu que após o término do
processo de cancelamento do registro de SV
ENGENHARIA S.A. (OFÍCIO/CVM/GEO/Nº 132/97 de
17.12.97), que transformou a sociedade em companhia
fechada, era primordial reestruturar na íntegra o estatuto
social da companhia. Apreciação do texto do novo estatuto,
este foi aprovado pela unanimidade dos presentes,
rubricado pela Mesa e anexado à presente ata, dela
fazendo parte para todos os fins de direito. VI.3 Neste
ato os conselheiros de SV ENGENHARIA S.A.: Sr.
Nelson Sequeiros Tanure, Sr. Ronaldo Carvalho da
Silva e Sr. Antonio Tavares Machado, renunciaram,
coletivamente, aos seus mandatos, tendo em vista a
extinção do Conselho de Administração da sociedade,
constante da reforma deliberada no item VI.2. VI.4.
Renuncia, também, neste ato, o Sr. Antonio Tavares
Machado ao cargo de Diretor da companhia. VI.5. Os
ex-Conselheiros, bem como o ex-Diretor supra-
mencionados declaram encerrados seus respectivos
mandatos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a
sessão, lavrada a presente ata, que, lida e achada
conforme, foi assinada pelos presentes: Presidente -
Ronaldo Carvalho da Silva, Secretária - Maria Emilia
Wichan; Acionistas: p/ SEQUIP INVESTIMENTOS S.A.
e SEQUIP PARTICIPAÇÕES S.A. - Ronaldo Carvalho
da Silva. Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1997.
A presente é cópia fiel de ata da Assembleia Geral
Extraordinária de SV ENGENHARIA S.A. lavrada no
livro próprio da sociedade. Maria Emilia Wichan -
Secretária.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO, OBJETO E DURAÇÃO - Artigo 1º - SV ENGENHARIA

S.A. é uma sociedade por ações, que se rege pelo
presente estatuto social e pela legislação aplicável.
Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do
Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Parágrafo
único - A Companhia pode abrir e fechar escritórios,
filiais e agências em qualquer parte do Brasil ou no
exterior, mediante deliberação da diretoria. Artigo 3º - A
Sociedade tem por objeto social a elaboração de projetos
de engenharia, a fabricação e o fornecimento de
equipamentos e sistemas, e execução de serviços de
construção, montagem e assistência técnica para as
seguintes atividades de infra-estrutura e indústria: a)
geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
b) levantamento de carga; c) movimentação de materiais
a granel; d) petróleo, química e petroquímica; e)
portuário; f) metro-ferroviário; g) papel e celulose; h)
saneamento básico e ambiental; i) telecomunicações; j)
edifícios industriais, além de oferecer serviços de
consultoria, gerenciamento e administração para se-
tores aéreo, e comercialização, inclusive por
representação, importação e exportação, e ainda
participar de outras sociedades, empresas e consórcios.
Parágrafo único - Os serviços técnicos de engenharia
serão confiados a engenheiros diplomados e
devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de
Engenharia, Arquitetura Agrônoma (CREA), e que
assumirão a direção, execução e fiscalização de todos
os serviços contratados com plena autonomia, na forma
da Lei nº 5.194/66. Artigo 4º - A Companhia terá vigência
por tempo indeterminado. CAPÍTULO II - CAPITAL
SOCIAL E AÇÕES - Artigo 5º - O capital social é de R\$
68.492.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos
e noventa e dois mil reais) dividido em 680.102.200
(quinhentos e noventa milhões, cento e duas mil,
duzentas e sessenta e oito mil e sessenta e oito)
ações ordinárias nominativas e 800.000.000 (oito
centos milhões e noventa milhões) de ações de
preferência nominativas todas sem valor nominal.
Artigo 6º - As ações são indivisíveis em relação à
Sociedade, correspondendo um voto a cada ação
ordinária nominativa. §1º As ações preferenciais de
classe existente não têm direito a voto, participando do
lucro em igualdade de condições com as ações ordinárias
e têm prioridade de reembolso, sem prêmio, em caso de
liquidação da Sociedade. §2º Poderão ser emitidas ações
preferenciais de uma ou mais classes, obedecendo o limite
legal. §3º O número de ações existentes de qualquer
classe ou espécie poderá ser aumentado ainda que
decorra alteração da proporção existente entre elas,
respeitados os limites legais. CAPÍTULO III -
ASSEMBLÉIA GERAL - Artigo 7º - A Assembleia Geral
é o órgão máximo da Companhia e reunir-se-á
ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses
subseqüentes ao encerramento do exercício social e,
extraordinariamente, sempre que os interesses sociais
exigirem. Artigo 8º - A Assembleia Geral será convocada
e presidida por um membro da Diretoria que indicará o
Secretário. Artigo 9º - O acionista poderá ser
representado na Assembleia Geral por procurador, o qual
deverá ser acionista, diretor da Companhia ou advogado.
CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA -
Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma
diretoria composta de 2 (dois) membros, acionistas ou
não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis pela
Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos,
permitida a reeleição. Artigo 11 - Em caso de vacância
na Diretoria, a Assembleia Geral devará, dentro dos 30
(trinta) dias que se seguirem à vacância, eleger um novo
diretor para completar o prazo restante do mandato.
Artigo 12 - Os membros da Diretoria têm amplos poderes
de gestão dos negócios sociais para a prática de todos
os atos e realização de todas as operações que se
relacionarem com o objeto da sociedade. §1º Os Diretores
poderão também, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre
bens e direitos da Sociedade. §2º A Sociedade será
obrigatoriamente representada em suas relações externas
pelos dois membros da Diretoria ou por um deles e um
procurador com poderes especiais. §3º Os mandatários
"ad negotia" da Sociedade serão nomeados por procuração
assinada por qualquer dos Diretores, com prazo de
validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão
expressamente especificados os poderes outorgados, sob
pena de nulidade do instrumento de mandato. §4º Os
mandatários "ad iudicia" da Sociedade serão constituídos
por procuração assinada por qualquer dos Diretores. §5º
Na abertura, movimentação ou encerramento de contas
de depósito bancário, inclusive mediante emissão de
cheques ou ordem de pagamento, a Sociedade poderá
ser representada em conjunto (a) pelos dois Diretores, (b)
por um Diretor e um procurador ou (c) por dois
procuradores. §6º O endosso de cheques para depósito
em conta bancária da Sociedade ou de títulos de ordem
para cobrança simples em instituição bancária poderá ser
feito por um Diretor ou um procurador. §7º A Sociedade
poderá ser representada por um Diretor ou procurador com
poderes especiais perante repartições públicas, sociedades
de economia mista, empresas públicas, e concessionárias
de serviços públicos, (a) em atos que não impliquem na
criação de obrigação para a Sociedade, (b) no
cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e
trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em
processos administrativos. §8º A representação ativa e
passiva da Sociedade em Juízo, para receber citação ou
notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos,
cabará a qualquer dos Diretores, ou por prepostos
nomeados, caso por caso, por via apostolada. Artigo 13 -
Ao término do mandato, os membros da Diretoria
continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos
seus sucessores. Parágrafo único - No caso de vaga na
Diretoria, será convocada para a eleição do substituto,
dentro de 30 (trinta) dias. CAPÍTULO V - CONSELHO
FISCAL - Artigo 14 - O Conselho Fiscal, de caráter não
permanente, e que se instalará e funcionará nos casos
previstos em lei, será composto de 3 (três) membros
efetivos e igual número de suplentes. Artigo 15 - O
Conselho Fiscal, quando instalado, terá a remuneração
que lhe for fixada pela Assembleia Geral que o eleger.
Artigo 16 - Os membros do
Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos
até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar
após sua eleição. CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL,
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DIVIDENDOS -
Artigo 17 - O exercício social corresponde ao período de
1º de janeiro a 31 de dezembro, podendo, por deliberação
da Diretoria, com base em balanço intercalar, serem
declarados e pagos dividendos à conta do lucro apurado
nesses balanços, bem como serem declarados e pagos
dividendos intermediários à conta de lucros acumulados
ou reserva de lucros existentes no último balanço anual
ou semestral. Artigo 18 - No encerramento de cada
exercício social, a Diretoria fará elaborar, as
demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à
Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta
de destinação dos lucros do exercício. Artigo 19 - Os
lucros terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento)
para o fundo de reserva legal até o limite de 20% (vinte
por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por
cento) do lucro ajustado para os dividendos obrigatórios.
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 20 - A
Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em
lei, devendo a forma de liquidação ser estabelecida pela
Assembleia Geral que designará o liquidante e o Conselho
Fiscal que funcionará durante a liquidação. Artigo 21 -
Os casos omissos no presente Estatuto Social serão
regidos na forma da legislação em vigor. Certidão.
relacionem com o objeto da sociedade. §1º Os Diretores
Certifico que este documento foi arquivado sob o nº
0889807 em 09.01.98 apostos mecanicamente. Maria
Emilia Wichan - Secretária.